

Governo discute pagamento do resíduo

MP deve ser editada quarta e tema é o mais polêmico ainda em debate entre economistas e políticos

RICARDO AMARAL
e TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA — A área política do governo vai definir, até amanhã, alguns pontos fundamentais da medida provisória sobre a desindexação da economia, que deve ser editada quarta-feira. O mais polêmico é o que diz respeito ao pagamento do resíduo do IPC-r, acumulado por todas as categorias profissionais desde a implantação do Plano Real, em julho do ano passado. Os economistas preferem não incluir na MP o pagamento do resíduo, que para os trabalhadores com data-base em julho passa dos 30%, mas podem recuar se isso for conveniente para os políticos.

Os ministros envolvidos na discussão tiveram um encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso sexta-feira, em Brasília. Nessa reunião foram mencionados levantamentos indicando que grande parte das categorias recebeu antecipações salariais, fora da data-base, que compensam eventuais resíduos. É forte também o argumento de que a inflação declinante produziu ganhos reais de salários no período.

O que o governo pretende evitar, na verdade, não é o pagamento do resíduo, mas a indexação dos salários até a faixa de três mínimos, como querem algumas lideranças, inclusive do PFL. O projeto do presidente é garantir, por lei, apenas o poder de compra do salário mínimo, deixando todas as outras faixas ao sabor da livre negociação. Para impedir que o Congresso crie um mecanismo de indexação para outras faixas, o governo aceitaria o pagamento do resíduo.

Em nome da desindexação salarial, o governo estuda a abertura de várias frentes de compensação. Uma delas é a aplicação de um redutor para as dívidas acumuladas em TR no primeiro ano de real, medida que pode beneficiar os mutuários do SFH, por exemplo. Um ministro esclareceu que os estudos dificilmente estarão concluídos antes da edição da MP. Outra medida compensatória seria a aprovação, pela Câmara, de mecanismos para obrigar empresas a negociar participação nos lucros com os empregados.

Segundo o deputado Germano Rigotto (PMBD-RS), líder do governo no Congresso, já está garantido que a MP vai proteger o mínimo e os aposentados. Rigotto afirmou ontem que Fernando Henrique vai assegurar aumentos reais para o mínimo — mas apenas uma vez por ano.

GOVERNO
SÓ ADMITE
INDEXAÇÃO
DO MÍNIMO

O ESTADO DE S. PAULO - B3

do IPC-r